Acessibilidade em bibliotecas de Institutos Federais: percepções de bibliotecárias na Região Metropolitana de Goiânia

Joseane Pereira Alves Diniz
joseanepalves@yahoo.com.br

Waléria Batista da Silva Vaz Mendes
waleria.mendes@ifg.edu.br

Recebido em: 20/04/2026
Aceito em: 03/06/2026

Resumo

A acessibilidade constitui princípio fundamental para a inclusão e a democratização do acesso à informação. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, as bibliotecas dos Institutos Federais desempenham papel na garantia de condições equitativas de acesso ao conhecimento. Este estudo objetivou analisar a percepção de bibliotecárias sobre a acessibilidade em bibliotecas de Institutos Federais localizados na região metropolitana de Goiânia. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). A produção de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas com bibliotecárias do Instituto Federal de Goiás e do Instituto Federal Goiano, e o material foi analisado com base no método de análise de conteúdo de Bardin. Os resultados evidenciam que as participantes reconhecem a acessibilidade como elemento central para a inclusão, associando-a às dimensões físicas, informacionais e atitudinais. Contudo, persistem fragilidades nas dimensões arquitetônica, instrumental e programática, além da insuficiência de tecnologias assistivas e de ações sistemáticas de formação profissional. Conclui-se que a consolidação de bibliotecas efetivamente inclusivas nos Institutos Federais requer planejamento, investimento contínuo e incorporação da acessibilidade como diretriz estruturante dos serviços informacionais.

Palavras-chave: acessibilidade; bibliotecas; Institutos Federais; inclusão; educação profissional e tecnológica.

Accessibility in Federal Institute Libraries: Perceptions of Librarians in the Goiânia Metropolitan Area

Abstract

Accessibility is a fundamental principle of inclusion and the democratization of access to information. In the context of Professional and Technological Education, the libraries of the Federal Institutes play a role in ensuring equitable access to knowledge. This study aimed to analyze librarians' perceptions of accessibility in libraries at Federal Institutes in the metropolitan region. This qualitative, exploratory study was linked to the Postgraduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT). Data were produced through semi-structured interviews conducted with librarians from the Federal Institute of Goiás and the Federal Institute Goiano, and the material was analyzed using content analysis. The results show that the participants recognized accessibility as a central element of inclusion, associating it with physical, informational, and attitudinal dimensions. However, weaknesses persist across the architectural, instrumental, and

programmatic dimensions, as well as in the insufficiency of assistive technologies and systematic professional training. It is concluded that consolidating truly inclusive libraries in Federal Institutes requires planning, ongoing investment, and the incorporation of accessibility as a guiding principle for information services.

***Keywords**: accessibility, libraries, Federal Institutes, inclusion, vocational and technological education.*

1 INTRODUÇÃO

De acordo com dados do Censo Demográfico de 2022, aproximadamente 7,3% da população brasileira com 2 anos ou mais de idade declarou possuir algum tipo de deficiência, o que corresponde a 14,4 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Esses dados evidenciam a necessidade de políticas voltadas à promoção da inclusão, especialmente no que se refere aos direitos à educação, à cultura e à informação.

Nessa perspectiva, a acessibilidade constitui condição necessária para a participação social, a autonomia e o acesso à informação, uma vez que depende da eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais que limitam a autonomia das pessoas com deficiência (Brasil, 2015; Sassaki, 2010).

Essas barreiras, no entanto, têm raízes históricas. Ao longo do tempo, as pessoas com deficiência foram submetidas a processos de exclusão e invisibilidade, sustentados por concepções sociais discriminatórias. Embora os avanços normativos e o desenvolvimento de políticas públicas tenham sido alcançados ao longo das últimas décadas, o principal impulsionador da mudança foi a adoção do modelo social da deficiência, que desloca o foco das limitações individuais para as barreiras impostas pela sociedade (Piccolo, 2022; Sassaki, 2010).

Apesar desses avanços, a efetivação da inclusão ainda representa um grande desafio. No campo educacional, essa questão assume o protagonismo, pois não se limita ao acesso formal ao ensino, mas também envolve a garantia de condições adequadas de permanência, de participação e de acesso ao conhecimento (Mantoan; Prieto, 2006).

Diante das mudanças normativas e das demandas por inclusão, os Institutos Federais (IFs) configuram-se como uma importante política pública educacional brasileira voltada à formação humana, técnica e cidadã, com forte compromisso social com a interiorização e democratização do ensino (Nogueira; Aguiar; Gisi, 2023). Inseridas nesse cenário, as bibliotecas dos Institutos Federais são fundamentais para a garantia do acesso à informação, à leitura e ao conhecimento, contribuindo para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Para que possam cumprir essa função social, as bibliotecas dos Institutos Federais devem constituir-se como espaços acessíveis e inclusivos, preparados para atender usuários com diferentes necessidades informacionais e condições de acesso. Contudo, apesar dos avanços nas discussões sobre inclusão e acessibilidade, estudos indicam que ainda persistem desafios na implementação de práticas inclusivas (Becker; Faqueti, 2015).

Observa-se ainda uma incipiente produção de estudos sobre a realidade das bibliotecas dos Institutos Federais na Região Metropolitana de Goiânia; torna-se relevante compreender como a acessibilidade é percebida e incorporada ao cotidiano dessas unidades. Assim, este estudo teve como objetivo investigar a percepção de bibliotecárias sobre a acessibilidade em bibliotecas de Institutos Federais localizados na região metropolitana de Goiânia, buscando compreender suas concepções, práticas e perspectivas de aprimoramento relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência.

Dessa forma, a pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: Como as bibliotecárias dos Institutos Federais da Região Metropolitana de Goiânia percebem e operacionalizam a acessibilidade nas bibliotecas em que atuam?

2 DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E ACESSIBILIDADE: O PAPEL DAS BIBLIOTECAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS

(cc) BY-NC

Embora não tenham sido originalmente formuladas com foco na acessibilidade, as Cinco Leis da Biblioteconomia, propostas por Ranganathan, constituem um marco teórico que pode ser reinterpretado sob a perspectiva da inclusão no cenário das bibliotecas, ao enfatizarem o usuário como centralidade da biblioteca, em que seus produtos e serviços devem convergir para o direito de acesso à informação.

Estudos recentes, como o de Costa e Oliveira (2022), propõem a articulação entre as Cinco Leis da Biblioteconomia e as dimensões da acessibilidade desenvolvidas por Sassaki, evidenciando a atualidade desses princípios no contexto das práticas bibliotecárias:

1. **Os livros (informações) são para uso:** relacionam-se ao acesso e à acessibilidade nas unidades de informação. Isto inclui as instalações, a verificação do entorno e do interior da biblioteca, bem como o atendimento ao usuário, facilitando, assim, o acesso e a utilização dos serviços das bibliotecas. Esse conceito abrange as dimensões arquitetônicas, informacionais e atitudinais.
2. **A cada leitor, seu livro (informação):** conhecer seus usuários facilita uma seleção mais criteriosa de materiais de informação. As dimensões que dialogam com essa lei são as informacionais, instrumentais, metodológicas e programáticas.
3. **A cada livro (informação) seu leitor**: essa completa a lei anterior e enfatiza a importância da divulgação dos recursos e materiais adquiridos, interferindo nas dimensões comunicacional, instrumental, informacional e atitudinal.
4. **Poupe o tempo do leitor**: trata-se de otimizar o tempo do usuário, enfatizando o planejamento da sinalização, divulgação dos materiais. São enfatizadas as dimensões comunicacionais, informacionais e instrumentais.
5. **A biblioteca é um organismo em crescimento**: refere-se ao planejamento. Abrangendo desde a expansão do espaço físico e do acervo até a avaliação dos serviços. Nessa perspectiva, envolvem-se, de forma integrada, as diferentes dimensões de acessibilidade, uma vez que a biblioteca se configura como um sistema dinâmico, em constante adaptação às demandas sociais.

Essa articulação entre os princípios fundamentais da Biblioteconomia e as dimensões da acessibilidade evidencia que a acessibilidade deve ser compreendida como base das práticas bibliotecárias, promovendo aos seus usuários o acesso e a utilização de seus serviços (Costa; Oliveira, 2022).

A principal função das bibliotecas deve ser compreendida como a de instituições sociais comprometidas com a democratização do acesso à informação e que desempenham papel importante na redução das desigualdades. Ao atuarem como espaços de promoção do conhecimento, da justiça social, da cidadania e da inclusão, essas instituições têm potencial para eliminar estruturas excludentes e ampliar as possibilidades de participação social (Pereira; Berrio Zapata, 2023; Souza; Targino, 2016).

Sob essa perspectiva, a atuação do bibliotecário ultrapassa as dimensões técnicas, configurando-se também como prática social e política. Conforme Pupo, Melo e Ferrés (2006, p. 10), "o Código de Ética do Profissional Bibliotecário enfatiza a importância de valorizar o cunho liberal e humanista da profissão". Ao mediar o acesso à informação, o bibliotecário contribui para a consolidação de uma sociedade democrática.

No entanto, estudos evidenciam que esse potencial nem sempre se concretiza na prática. Pesquisa realizada pela Comissão Brasileira de Bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CBBI) indicou que grande parte das bibliotecas apresenta fragilidades, como a ausência de sinalização acessível, a escassez de tecnologias assistivas e a oferta limitada de acervos em formatos acessíveis (Becker; Faqueti, 2015). Ainda que tenham sido identificados avanços, como melhorias na mobilidade interna, os dados revelam limitações estruturais e operacionais.

Essa realidade evidencia uma contradição: embora os Institutos Federais tenham como missão a democratização do conhecimento e a interiorização da educação de qualidade, suas bibliotecas ainda enfrentam desafios que podem limitar a efetivação da acessibilidade.

(cc) BY-NC

2.1 CHECKLIST E PLANEJAMENTO: AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE BIBLIOTECÁRIA

No campo das políticas institucionais, organizações como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) têm enfatizado a responsabilidade das bibliotecas de garantir o acesso à informação. A declaração da IFLA sobre bibliotecas e liberdade intelectual reforça que os serviços bibliotecários devem estar disponíveis a todos os usuários sem discriminação, promovendo a diversidade e a pluralidade do conhecimento (IFLA, 1999).

No contexto brasileiro, iniciativas como as do Grupo de Trabalho em Acessibilidade da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) têm contribuído para o desenvolvimento de instrumentos e diretrizes para a implementação de práticas inclusivas em bibliotecas. Contudo, estudos recentes desse grupo indicam que o número de bibliotecas acessíveis ainda é reduzido, o que evidencia a necessidade de ampliar políticas e estratégias voltadas à inclusão (FEBAB, 2025).

Essas ações da IFLA e da FEBAB, especialmente quando integradas à Agenda 2030, mostram que o campo da informação (biblioteconomia, ciência da informação, documentação) está sempre ligado a movimentos que promovem a justiça social, a cidadania e a democracia. Ao participar dessas iniciativas, a categoria fortalece seu papel social, além de promover transformações culturais e garantir ao cidadão o acesso gratuito à informação (IFLA, 2015).

Nesse sentido, a participação da biblioteca é essencial, pois ela se constitui como um lugar democrático que busca uma sociedade inclusiva, promovendo justiça social e acolhendo em vez de excluir. Para tanto, faz-se necessário valorizar as diferenças individuais, reconhecendo as peculiaridades de cada sujeito, e criar iniciativas voltadas à acessibilidade que contribuam para a transformação social (Pupo; Melo; Ferrés, 2006; Teske *et al*., 2017).

Nesse cenário, a acessibilidade às bibliotecas dos Institutos Federais pode contribuir para a transformação desses espaços em ambientes democráticos, culturais e de desenvolvimento social, configurando-se como elemento para a garantia da autonomia, da igualdade de oportunidades e da dignidade das pessoas com deficiência. Essas bibliotecas devem ser compreendidas não apenas como estruturas operacionais, mas também como sistemas organizacionais que articulam planejamento, gestão, mediação e avaliação, materializando concepções de acesso, equidade e direitos.

Nessa perspectiva, Wellichan e Manzini (2021) destacam a importância de conferir visibilidade às pessoas com deficiência no planejamento bibliotecário, defendendo sua participação desde as etapas iniciais. Tal abordagem envolve a adequação de políticas e sistemas, o desenvolvimento de coleções que contemplem a diversidade informacional e a oferta de serviços e produtos que viabilizem a participação de todos.

Dessa forma, com uma abordagem centrada no usuário, a biblioteca não só promove a inclusão, mas também contribui para a construção de uma sociedade inclusiva e justa. Assim, torna-se fundamental que o corpo técnico das bibliotecas reconheça que as demandas informacionais dos usuários nem sempre são incorporadas ao planejamento dos serviços (Fortalecimento, 2016). Desse modo, uma abordagem participativa deve envolver os usuários em todas as etapas do processo de planejamento.

Adicionalmente, a implementação da acessibilidade no âmbito das bibliotecas requer a adoção de estratégias integradas à gestão dos serviços de informação. Conforme Biff e Ramos (2024), instrumentos de avaliação, como os checklists de acessibilidade, constituem ferramentas técnicas para o diagnóstico das condições de acesso à informação e para o planejamento de ações inclusivas.

Nesse sentido, os autores destacam o Checklist de acessibilidade da FEBAB, fundamentado nas dimensões de acessibilidade propostas por Romeu Sassaki, como um recurso metodológico que abrange:

(cc) BY-NC

- **Acessibilidade arquitetônica ou física:** orienta os profissionais sobre adequações nas instalações e estruturas físicas, como banheiros acessíveis, rampas e sinalização visual conforme a NBR 9050/2020.
- **Acessibilidade comunicacional:** garante a comunicação entre a biblioteca e os usuários por meio de materiais informativos em formatos acessíveis (braille, ampliação, autodescrição) e de websites compatíveis com leitores de tela, legendas e Libras.
- **Acessibilidade instrumental:** refere-se à disponibilização de recursos que facilitam a autonomia e independência, como tecnologias assistivas, cadeiras de rodas e auxílios visuais.
- **Acessibilidade informacional:** embora não esteja explicitamente sistematizada por Sassaki, essa dimensão é fundamental no contexto das bibliotecas, pois se refere à disponibilização da informação em formatos acessíveis, garantindo sua efetiva apropriação pelos diferentes usuários.
- **Acessibilidade metodológica ou pedagógica:** requer que as atividades da biblioteca sejam elaboradas de forma inclusiva, adequando os espaços físicos, oferecendo formatos acessíveis e disponibilizando tecnologias assistivas.
- **Acessibilidade programática:** relaciona-se à criação de políticas internas que promovam a inclusão, como a contratação de pessoas com deficiência e a reformulação de documentos institucionais.
- **Acessibilidade atitudinal:** visa eliminar preconceitos, discriminações e estereótipos, combater o capacitismo e criar um espaço acolhedor

Essas dimensões, integradas ao Checklist da FEBAB, configuram-se como um recurso metodológico capaz de subsidiar o bibliotecário na organização, avaliação e qualificação de serviços e produtos informacionais, incorporando práticas acessíveis às rotinas. Assim, promover a acessibilidade, no campo da Biblioteconomia, implica desenvolver políticas e estratégias de mediação da informação que assegurem condições equitativas de acesso, uso e apropriação.

Essas dimensões abrangem múltiplos aspectos da inclusão, como a eliminação de barreiras físicas, a promoção da comunicação acessível, a disponibilização de informações em diferentes formatos, o uso de tecnologias assistivas, a adequação de políticas institucionais, a revisão de práticas metodológicas e a superação de atitudes discriminatórias.

3 METODOLOGIA

Este estudo constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e de natureza exploratória, por buscar compreender as percepções e experiências das participantes acerca do fenômeno investigado (Cicourel,[1]1964, *apud* Chizzotti, 2006).

Quanto aos procedimentos metodológicos, configura-se como pesquisa bibliográfica e de campo. A etapa bibliográfica teve como objetivo fundamentar teoricamente o estudo, por meio da análise de livros, artigos científicos, dissertações e documentos relacionados à temática da acessibilidade em bibliotecas.

A pesquisa de campo foi realizada com bibliotecárias do Instituto Federal de Goiás (IFG) e do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), sendo cada instituição representada por um campus localizado na região metropolitana de Goiânia, totalizando três participantes. A definição do número de participantes justifica-se pelo caráter qualitativo e exploratório da pesquisa, uma vez que decorre de um delineamento que privilegia a compreensão aprofundada das experiências em contextos específicos, em detrimento da representatividade estatística. A seleção considerou a atuação profissional nas bibliotecas dos Institutos Federais, reconhecendo-se o papel dessas profissionais na gestão, na mediação da informação e na organização dos serviços.

[1] *Cicourel*, *Aaron V*. (1964). ***Method and measurement in sociology***. New York: Free Press of Glencoe. Felbinger.

(cc) BY-NC

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, estruturadas em eixos temáticos previamente elaborados, que abordaram percepções, práticas e desafios relacionados à acessibilidade nas bibliotecas dos Institutos Federais. Os dados foram coletados em agosto de 2025, nas unidades estudadas. As entrevistas possibilitaram explorar as experiências das participantes e aprofundar os aspectos do fenômeno investigado.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, com duração média de 60 minutos, e registradas por meio de anotações detalhadas, feitas durante e imediatamente após as entrevistas. Optou-se pela não gravação das entrevistas, com o objetivo de minimizar possíveis constrangimentos e favorecer maior espontaneidade nas respostas das participantes.

Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (1977), seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados, o que possibilitou a construção de categorias temáticas e a identificação dos núcleos de sentido presentes nos discursos.

A análise resultou em quatro categorias temáticas: percepção sobre acessibilidade, barreiras existentes, dimensão atitudinal e planejamento institucional. As participantes foram codificadas como BIB1, BIB2 e BIB3, de modo a garantir o anonimato.

Como limitação, reconhece-se que o recorte territorial e o número de participantes não permitem generalizações para o conjunto dos Institutos Federais brasileiros. Contudo, os resultados oferecem evidências relevantes sobre tendências organizacionais e desafios recorrentes, podendo subsidiar reflexões, comparações futuras e aprimoramentos institucionais.

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos aplicáveis a estudos envolvendo seres humanos, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa de ambas as instituições (IFG e IFGoiano). As participantes foram convidadas a integrar o estudo, informadas sobre seus objetivos e procedimentos, e concordaram voluntariamente em participar, sendo assegurados o anonimato e a confidencialidade das informações.

A pesquisa utilizou-se da Inteligência Artificial apenas para apoio linguístico e revisão textual, aprimoramento da clareza, fluidez e coesão do texto e sugestões pontuais de reestruturação frasal, sem a geração autônoma de conteúdo teórico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentam-se e analisam-se os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com bibliotecárias atuantes em bibliotecas de Institutos Federais localizados na região metropolitana de Goiânia. A análise fundamenta-se na técnica de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, permitindo a identificação de categorias que expressam tanto percepções individuais quanto tendências institucionais relacionadas à acessibilidade.

Embora se trate de um recorte qualitativo com número reduzido de participantes, os dados evidenciam padrões que revelam tensões entre o reconhecimento da acessibilidade como princípio e sua materialização nas rotinas das bibliotecas.

Categoria 1 - Acessibilidade como princípio reconhecido, mas não institucionalizado

Participantes	Respostas
BIB1	A participante afirma que a acessibilidade tem como objetivo tornar mais fácil, em sentido amplo, o dia a dia da pessoa com deficiência. Para isso, envolve a oferta de espaços de socialização, atendimento inclusivo e recursos/instrumentos que promovam maior autonomia, além de destacar a importância da capacitação e da atualização profissional.
BIB2	A participante enfatizou a importância da acessibilidade na garantia de autonomia das pessoas com deficiência. Diz também sobre a relevância das dimensões para a garantia da inclusão.
BIB3	A participante relata que a acessibilidade nas bibliotecas dos IFs é fundamental, e enfatiza que a informação deve ser acessível de forma democrática e atendendo a todos.

(cc) BY-NC

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados evidenciam que as participantes reconhecem a acessibilidade como um valor fundamental para a inclusão e autonomia das pessoas com deficiência no contexto das bibliotecas dos Institutos Federais. Esse reconhecimento, contudo, manifesta-se de forma disseminada e baseia-se em percepções individuais, sem que se identifique a incorporação dessa dimensão às rotinas e às políticas institucionais.

A participante BIB1 articula a acessibilidade em vários aspectos, como espaços de socialização, atendimento inclusivo, recursos para a autonomia, e destaca a importância da capacitação profissional neste processo. A participante amplia a compreensão da acessibilidade, superando sua associação restrita à dimensão arquitetônica.

No entanto, ao mencionar a necessidade de 'capacitação e atualização profissional', a fala revela um desafio: a formação em acessibilidade ainda é percebida como um esforço individual, e não como uma política institucional de educação continuada. Tal cenário pode comprometer o atendimento inclusivo e dificultar a ocupação desses espaços por pessoas com deficiência (FEBAB, 2025; Fortalecimento, 2016).

A fala de BIB2, ao enfatizar a 'importância das dimensões para a garantia da inclusão', sugere conhecimento teórico sobre as várias barreiras existentes (como as atitudinais, comunicacionais, instrumentais, tecnológicas) (Sassaki, 2010; Biff; Ramos, 2024), porém sem indicar como essas dimensões são abordadas, ou não, na prática. Há uma contradição entre o que os institutos dizem sobre a universalização e democratização do ensino (Nogueira; Aguiar; Gisi, 2023), mas, na realidade, os dados sugerem tendências reativas no contexto investigado, em vez de serem assumidas como responsabilidade institucional, com regras, comissões, orçamento e mecanismos de avaliação que as garantam (Pupo; Melo; Ferrés, 2006; Fortalecimento, 2016).

Já BIB3 sintetiza como ponto central ao afirmar que 'a informação deve ser acessível de forma democrática'. Embora o discurso democrático seja enfático, a necessidade de reiterá-lo pode indicar que a realidade observada ainda está distante desse ideal, pois depende de outras instâncias para a efetivação das ações.

Portanto, os dados sugerem que, no universo pesquisado, a acessibilidade ocupa um lugar de princípio abstrato, valorizado discursivamente, mas carente de institucionalização. Isso implica riscos: a efetivação da acessibilidade fica refém da boa vontade individual de bibliotecários e equipe.

Categoria 2 - Dimensões de acessibilidade mais críticas

Participantes	Respostas
BIB1	Para a entrevistada, as principais fragilidades de acessibilidade na biblioteca estão nas dimensões arquitetônicas (inacessibilidade física), informacionais (ausência de materiais em outros formatos), instrumentais (falta de tecnologias assistivas) e programáticas (documentos e regimentos não contemplam a acessibilidade).
BIB2	A entrevistada destaca como mais críticas as dimensões atitudinais, instrumentais e informacionais: apesar de os servidores serem prestativos, faltou capacitação para o atendimento, e as maiores deficiências da biblioteca estão na ausência de recursos e de informações em formatos acessíveis.
BIB3	A terceira entrevistada relatou surpresa ao desconhecer a maioria dos recursos de acessibilidade e apontou como mais críticas as dimensões arquitetônicas (evitar barreiras físicas que impeçam o acesso à biblioteca) e as instrumentais (ausência de tecnologias assistivas).

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

(cc) BY-NC

Os resultados revelam que as participantes identificam inúmeras barreiras no dia a dia das bibliotecas dos Institutos Federais, indo muito além da dimensão arquitetônica, embora esta ainda figure entre as mais visíveis. A análise das narrativas das participantes permite afirmar que há consenso quanto à gravidade das fragilidades identificadas nas dimensões instrumentais e informacionais, enquanto as dimensões atitudinais e programáticas surgem de forma secundária.

As falas de BIB1 e BIB3 evidenciam a persistência de barreiras arquitetônicas e dificuldades físicas, mesmo que seja a dimensão mais normalizada e trabalhada (Pupo; Melo; Ferrés, 2006), e BIB1 oferece um exemplo: o acesso ao segundo piso da biblioteca é restrito a escadas. Como pode ser observado na Figura 1.

Figura 1 - Barreira identificada



Fonte - Autora, 2025.

A persistência desse tipo de barreira sugere que, mesmo após décadas de legislação como a Lei Brasileira de Inclusão (2015) e as Normas Brasileiras (NBR 9050/2020), a adequação estrutural ainda não é tratada como prioridade de investimento nem como condição mínima para o funcionamento dos serviços.

Todas as três participantes apontaram a dimensão instrumental (falta de tecnologias assistivas) como crítica. BIB1 e BIB2 também destacaram a dimensão informacional (ausência de materiais em formatos acessíveis, como braille, áudio, texto digital acessível). Essas carências são especialmente graves porque comprometem diretamente a função prioritária da biblioteca: o acesso à informação. Sem softwares de leitura de tela, impressoras em braile, lupas eletrônicas ou acervo multimídia acessível, a biblioteca falha em sua principal função de disseminadora da informação (Biff; Ramos, 2024).

A dimensão atitudinal citada pela BIB2 apresenta um dado que merece ser discutido: os servidores são descritos como 'prestativos', mas há falta de capacitação institucional para o atendimento a pessoas com deficiência. Essa distinção entre boa vontade e competência técnica é fundamental. Wellichan e Manzini (2021, p.193) focam na importância da capacitação e em como ela pode mudar a interação do usuário com a equipe da biblioteca: 'Quanto mais informação real circular entre o profissional e a equipe, maiores serão as probabilidades de proximidade com o usuário'.

Sobre a dimensão programática, BIB1 mencionou a ausência de previsão de acessibilidade nos documentos e nos regimentos. Esse dado, embora não consensual, é fundamental, já que as dimensões conversam entre si e a acessibilidade programática garante os direitos. A ausência de registro normativo indica que a acessibilidade não está institucionalizada. Sem previsão em regimentos, planos de desenvolvimento e políticas de aquisição, as ações de acessibilidade ficam postergadas às iniciativas pessoais. Teske et al. (2017,

135), afirmam que é preciso entender acessibilidade não somente via estruturas físicas, mas também "forma e observância no que se refere aos direitos e deveres tanto dos indivíduos quanto da sociedade e das concepções políticas desenvolvidas por governos e empresas". Geralmente é negligenciada, porém, é fundamental para a garantia de direitos e de pertencimento ao espaço, já que fundamenta as demais dimensões.

A fala de BIB3, 'relatou surpresa ao desconhecer a maioria dos recursos de acessibilidade', é um dos achados mais significativos dessa categoria. Ela revela que, mesmo entre profissionais da informação, há um déficit de conhecimento em acessibilidade. Esse desconhecimento atua como uma barreira ao conhecimento. A surpresa, portanto, não é um traço individual, mas um sintoma de que a formação inicial e continuada dos bibliotecários dos IFs tem sido insuficiente para incorporar a acessibilidade como competência. Uma medida recomendada seria incluir, nos currículos do ensino superior, disciplinas que abordem inclusão e acessibilidade, e oferecer educação continuada nos Institutos Federais aos seus servidores.

Em conjunto, as dimensões apontadas como mais críticas, arquitetônica, instrumental, informacional, atitudinal e programática, não são excludentes, mas sim articuladas e interligadas. A ausência de uma delas compromete as demais. Por exemplo: mesmo que haja rampa (dimensão arquitetônica), se não houver capacitação para atender o usuário cego (dimensão atitudinal) nem acervo em braille (dimensão informacional), a acessibilidade permanece incompleta. Os dados sugerem uma tendência a práticas reativas no contexto investigado, em que as ações de acessibilidade são respostas tardias a demandas pontuais, e não fruto de planejamento.

Por fim, cabe destacar que o exemplo do acesso por escada ao segundo piso, citado por BIB1, funciona como representante emblemático dessa contradição: uma barreira arquitetônica identificável que persiste mesmo em instituições que deveriam ser exemplares em inclusão. Essa persistência questiona não apenas a capacidade técnica, mas também indica a prioridade política dada à acessibilidade dos Institutos Federais.

Categoria 3 - Dimensão atitudinal: entre engajamento individual e lacunas institucionais

Participantes	**Respostas**
BIB1	Na percepção da participante, os IFs estão preparados para oferecer atendimento inclusivo, mas esse preparo ocorre principalmente pela iniciativa individual dos servidores, que buscam capacitações por conta própria para aprimorar o serviço.
BIB2	A participante afirma que a adequação e a preparação para o atendimento inclusivo estão em andamento e destaca que o tema da acessibilidade é recorrente nas pautas do Conselho do Sistema de Bibliotecas.
BIB3	A participante afirma que ainda é necessário avançar na preparação para o atendimento inclusivo, destacando a capacitação como a principal necessidade.

Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Os resultados desta categoria evidenciam uma tensão organizacional na acessibilidade atitudinal: de um lado, o comprometimento pessoal dos servidores; de outro, a ausência de institucionalização da formação continuada. As participantes reconhecem a importância do atendimento inclusivo e relatam posturas acolhedoras da equipe no cotidiano das bibliotecas. No entanto, destacam que a qualificação para esse atendimento ocorre, em grande medida, por iniciativa própria. Essa situação indica que a acessibilidade atitudinal, embora presente em termos de disposição e sensibilidade dos profissionais, não se sustenta como política institucional, o que fragiliza sua continuidade e abrangência.

A fala de BIB1 revela algo importante: 'os IFs estão preparados para oferecer atendimento inclusivo, mas esse preparo ocorre principalmente pela iniciativa individual dos servidores'. Esse 'mas' pode denunciar uma contradição entre o preparo individual e a ausência

de políticas institucionais de capacitação. O que BIB1 descreve é uma responsabilização subentendida do profissional para suprir lacunas que seriam de competência da instituição. Dessa forma, o ônus da capacitação depende exclusivamente do interesse pessoal e tende a ampliar as desigualdades entre unidades e equipes das demais unidades: bibliotecas com servidores mais proativos tendem a ser mais inclusivas, enquanto as sem esses agentes individuais permanecem estagnadas. Biff e Ramos (2024) assinalam que a inexistência de preparo técnico direcionado tende a comprometer a eficácia das demais dimensões da acessibilidade.

BIB2 afirma que a adequação está em andamento e que o tema é recorrente 'nas pautas do Conselho do Sistema de Bibliotecas'. Embora aparentemente positiva, essa fala merece leitura crítica. A recorrência em pautas de conselho pode indicar ausência de deliberação, pois ficam dependentes da gestão geral da instituição. O que pode dificultar os planos de ação, o orçamento e o cronograma, bem como a efetivação de ações inclusivas.

BIB3 é a mais direta: 'ainda é necessário avançar na preparação, destacando a capacitação como a principal necessidade'. A unanimidade quanto à importância da capacitação (também presente nas falas de BIB1 e BIB2) contrasta com a ausência de planejamento. Nenhuma das participantes mencionou a existência de um plano institucional de formação continuada em acessibilidade. Esse vazio é especialmente grave porque a dimensão atitudinal não se resolve apenas com sensibilização ou com cartilhas de boas práticas. Ela exige treinamento prático, simulações, atualização sobre recursos assistivos e manejo adequado de diferentes tipos de deficiência (Biff e Ramos, 2024). Sem isso, a 'boa vontade' pode até acolher, mas dificilmente garantirá um serviço tecnicamente competente.

Assim, servidores que assumem a responsabilidade pela inclusão por conta própria, sem respaldo institucional, estão mais suscetíveis ao desgaste profissional e à descontinuidade do engajamento. Esse ciclo de 'avanços pessoais seguidos de retrocessos institucionais' é recorrente em organizações em que a acessibilidade não é tratada como política, o que se alinha à categoria anterior dimensão programática. Fortalecimento (2016) destaca a formação continuada como elemento essencial para o desenvolvimento de competências voltadas ao atendimento humanizado e inclusivo.

Categoria 4 - Planejamento e perspectivas de aprimoramento

Participantes	Respostas
BIB1	A participante relata que há planos para adequar a biblioteca às normas de acessibilidade e para adquirir recursos que apoiem pessoas com deficiência, mas observa que as falhas ainda existentes contribuem para a baixa pontuação da biblioteca na avaliação do MEC.
BIB2	Para essa participante, a prioridade é adquirir recursos tecnológicos e informacionais.
BIB3	A participante destaca que, para o futuro, estão previstos treinamentos para bibliotecários e servidores, bem como investimentos em tecnologias assistivas.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2025.

Os resultados desta categoria revelam que as participantes reconhecem a necessidade de avanços em três eixos principais: adequação da infraestrutura física, ampliação do uso de tecnologias assistivas e investimento em capacitação profissional. A dimensão arquitetônica aparece como prioridade em contextos em que ainda há barreiras físicas que comprometem o acesso, conforme indicado nas categorias anteriores. No entanto, o dado mais significativo que emerge das falas é o descolamento entre o discurso do planejamento e a efetividade das ações em curso, o que sugere que as perspectivas de aprimoramento, embora existam, ainda operam em um horizonte vago e sem compromissos.

A fala de BIB1 é emblemática: 'há planos para adequar a biblioteca às normas de acessibilidade e para adquirir recursos'. Mais relevante ainda é o complemento: 'mas as falhas

ainda existentes contribuem para a baixa pontuação da biblioteca na avaliação do MEC'. Essa conexão entre acessibilidade e avaliação institucional é um ponto crítico. A menção ao MEC, portanto, não é casual: sugere que o motor do aprimoramento pode ser mais externo (pressão avaliativa) do que interno (compromisso ético-institucional).

A BIB2 aponta como prioridade 'adquirir recursos tecnológicos e informacionais'. BIB3 menciona 'treinamentos para bibliotecários e servidores, bem como investimentos em tecnologias assistivas'. Há consenso quanto aos mesmos três eixos já identificados como críticos nas categorias anteriores: instrumental, informacional e atitudinal. No entanto, as falas não indicam integração entre esses eixos nem um plano que estabeleça ordem de execução, responsáveis, prazos ou fontes de financiamento.

Apesar das críticas, a categoria também revela janelas de oportunidade. O fato de as três participantes conseguirem nomear eixos prioritários de forma coerente indica que o tema é relevante nas bibliotecas pesquisadas, os profissionais sabem o que falta. Além disso, a previsão de treinamentos (BIB3) e aquisições (BIB2 e BIB3) indica que o tema está, ao menos, na agenda. O desafio é transitar da agenda para o plano.

Assim, recomenda-se que as bibliotecas dos IFs incorporem a acessibilidade como critério explícito em seus autoestudos e relatórios de gestão, vinculando as deficiências apontadas (como o acesso ao segundo piso por escada, mencionado na Categoria 2) a planos de correção com datas e orçamento.

5 CONCLUSÃO

A acessibilidade em bibliotecas configura-se como elemento estruturante para a promoção da inclusão e da democratização do acesso à informação. No contexto dos Institutos Federais, essas unidades desempenham papel estratégico na formação acadêmica, profissional e cidadã, devendo garantir condições de acesso, uso e apropriação da informação por todos os usuários.

Os resultados deste estudo evidenciam que, embora haja reconhecimento da importância da acessibilidade por parte das bibliotecárias, sua efetivação ainda ocorre de forma desigual. Observa-se que a implementação de práticas inclusivas, em grande medida, depende da iniciativa individual dos profissionais, o que revela fragilidades na institucionalização da acessibilidade nas bibliotecas analisadas.

As limitações identificadas nas dimensões arquitetônica, instrumental, informacional, atitudinal e programática indicam que os desafios não são pontuais, mas estruturais, exigindo a incorporação da acessibilidade como diretriz no planejamento e na gestão dos serviços informacionais. Nesse sentido, a ausência de políticas institucionais consolidadas e de investimentos compromete a oferta equitativa de serviços e o exercício do direito à informação.

Dessa forma, a promoção da acessibilidade nas bibliotecas dos Institutos Federais requer uma abordagem integrada, que articule adequações estruturais, a ampliação de tecnologias assistivas e a formação continuada dos profissionais, superando práticas reativas e avançando para uma perspectiva proativa.

Como contribuição, este estudo evidencia a necessidade de deslocar a acessibilidade do âmbito das iniciativas individuais para o das políticas institucionais, reforçando seu papel como componente essencial na organização e no funcionamento das bibliotecas.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras ampliem o escopo de análise, incorporando a perspectiva de usuários com deficiência e de diferentes contextos institucionais, a fim de aprofundar a compreensão das condições de acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

REFERÊNCIAS

(cc) BY-NC

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Paris: Robert Laffont, 1977.

BECKER, C. da R. F.; FAQUETI, M. F. **Panorama das bibliotecas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: um olhar sobre a gestão. Blumenau: IFC, 2015.

BIFF, V. L.; RAMOS, G. T. **Acessibilidade em bibliotecas**: guia de orientações para atendimento às pessoas com deficiência. Pelotas: Editora IFSul, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de jul. de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, Casa Civil, 2015.

BRASIL. **Decreto nº 9.522, de 8 de outubro de 2018**. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche, em 27 de junho de 2013. Brasília: Casa Civil, 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COSTA, Michelle; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade de. Acessibilidade e as cinco leis de Ranganathan: diálogo com a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2022.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS (FEBAB). **Rede de Bibliotecas Acessíveis**: histórico. [s.l.]: FEBAB, [s.d.].

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS (IFLA). **Transformar o nosso mundo:** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [*s.l*], IFLA, 2015.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas - manual orientador. São Paulo: Mais Diferenças, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

MANTOAN, M. T. E; PRIETO, R. G. **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. 6.ed. São Paulo: Summus, 2006.

NOGUEIRA, H. A. S.; AGUIAR, R. de S.; GISI, M. L. A importância dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia para a redução da desigualdade educacional no Brasil. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 27, 2023.

PEREIRA, E. de S.; ZAPATA, C.B. Bibliotecas no contexto da Agenda 2030 da ONU. **Direitos humanos e transdisciplinaridade**, Paraíba, v.1 n.1, 2023.

PICCOLO, G. M. **O lugar da pessoa com deficiência na história**: uma narrativa ao avesso da lógica ordinária. Curitiba: Appris, 2022.

PUPO, D. T.; MELO, A. M.; FERRÉS, S. P. (org.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2006.

(cc) BY-NC

SASSAKI, R. K. I**nclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SOUSA, M. E. P. de; TARGINO, M. das G. Cinco leis da Biblioteconomia/cinco leis de Ranganhathan: resistindo bravamente ao tempo. **Ci. Inf. Rev**., Maceió, v. 3, n. 1, p. 11-29, jan./abr. 2016.

TESKE, O.; SCHNEIDER, L. A.; FERNANDES, I.; LIPPO, H.; FAGUNDES, S. **Sociologia da acessibilidade**. Curitiba: InterSaberes, 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

WELLICHAN, D. da S. P.; MANZINI, E. J. Usuários da informação com deficiência em bibliotecas: uma análise da produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 172 – 203, 2021.

(cc) BY-NC